

Folha de Roraima

um jornal a serviço de roraima

Ano I

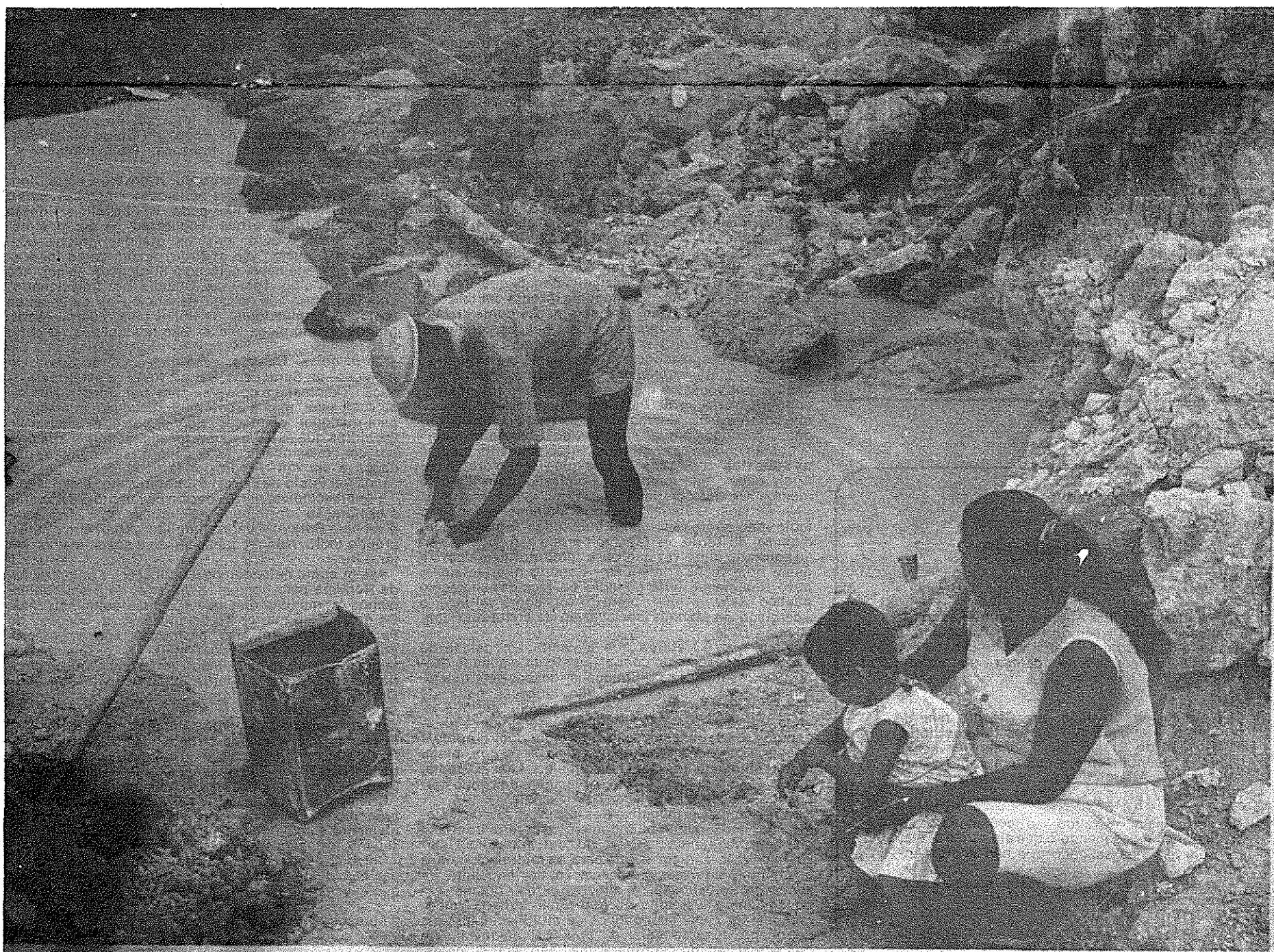
Boa Vista 10/07/80

Nº 2 Cr\$ 10,00

Bye, Bye

Surucucus? Couto de

Magalhães já foi.



Bye, Bye Surucucus? Couto de Magalhães já foi.

Atrilateral continua fazendo pressões pela internacionalização de Surucucus. Enquanto isso o governo entrega Couto de Magalhães às Construtoras Andrade Guitierrez e Paranapanema. Ninguém protestou.



O discurso, acadêmico e nada prático, em torno da criação do Parque Yanomami não pode ficar restrito ao CIMI ou a FUNAI, a grupos de defesa da causa indígena ou à grupos econômicos ou multinacionais, ou a qualquer outro setor ou grupo que não tenha amplos compromissos com os interesses nacionais.

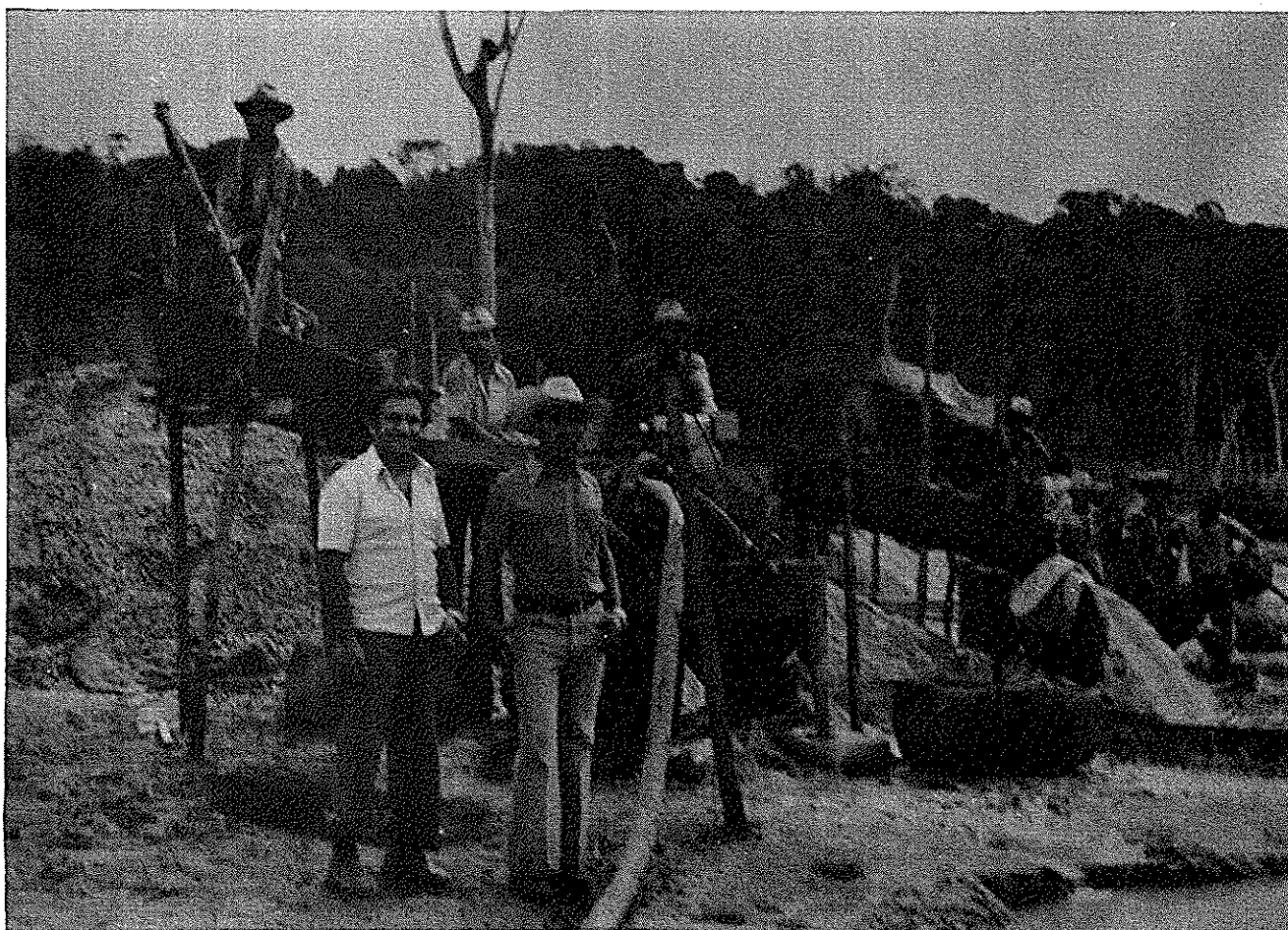
Até o momento o que se tem lido e ouvido são acusações sem fundamento ao governo brasileiro em não querer criar o Parque para entregar à região às multinacionais. O governo brasileiro, por sua vez, não responde as acusações, talvez temendo maior desgaste no campo político ou mesmo os grupos econômicos de o acusarem de estatizante da economia. A questão é bem mais profunda e exige, de um e outro lado, raciocínio frio para entenderem que a grita em favor da criação do Parque Yanomami é mais uma jogada de internacionalização da Amazônia, dessa vez comandada pela poderosa Trilateral.

Em favor do Parque Yanomami vozes de diversas parte do mundo vêm se levantando, num autêntico còro, sem saberem o que se passa em Roraima. Que a elite intelectual de outros países não entendam o que se passa entre nós é compreensível, afinal estamos quase isolados do mundo. Mas, que, a elite intelectual brasileira não saiba o que se passa entre nós e ainda não tenha sacado o lance da Trilateral, é lamentável. De um lado a elite intelectual estrangeira faz còro ao que denuncia a elite intelectual brasileira. De outro, a elite intelectual brasileira não sacando que o lance pela criação do Parque Yanomami é uma jogada da Trilateral a fim de assegurar as reservas minerais da região para ser explorada futuramente, alardeia falsas denúncias de massacres indígenas, caindo na arapuca de Carter, Agnelli, Rockefeller e os outros nove membros da organização.

A grita em favor do Parque Yanomami se assemelha ao processo de internacionalização da Amazônia, com a fundação do chamado Instituto Internacional da Hiléia Amazônica que, não muito camuflado como agora, vestia a carapuça de projeto de conhecimento do ambiente tropical. Nessa gangorra, naquela época, caíram intelectuais do porte de um Paulo Duarte, de um Sérgio Buarque de Hollanda, de um Marque Rebelo, entre outros. Não fosse a ação patriótica de Arthur Bernardes e outros batalhadores que sacaram o lance, a muito estaríamos cantando Bye, Bye Amazônia. Na gangorra de agora cai toda elite intelectual brasileira ainda embebedada com o verão de abertura, após longa ressaca ditatorial.

TRILATERAL

Quem teve oportunidade de dar uma olhada no levantamento aerofotogramétrico da região,



executado pelo Projeto RADAM, vai entender porque às multinacionais não interessa agora a exploração do minério de Roraima. Ali foi detectado uma das maiores reservas de cassiterita, ouro, urânio, cobre, estanho, titânio do Brasil que, como se sabe, são produtos ainda encontrados com relativa facilidade no mercado mundial, além de diversos países poderem manter uma razoável produção por mais vinte anos. A entrada destes produtos no mercado vai provocar uma redução nos preços dos derivados, diminuindo, consequentemente, os lucros das multinacionais.

Todavia, o incentivo que os senhores da Trilateral vêm dando pelos estranhos afora pela criação do Parque Yanomami é porque o governo brasileiro, através de uma empresa estatal, requereu à área para exploração. No momento que o governo brasileiro abrir mão da exploração de Surucucus e outras serras, os senhores da Trilateral deixarão de fornecer farto noticiário sobre massacre de índios para a BBC de Londres e Voz da América e encontrarão outro macete para se apossarem definitivamente da região.

Os defensores do Parque Yanomami, caindo num radicalismo inconsequente, não procuram se aprofundar na questão e saberem a quem interessa a internacionalização do Oeste de Roraima e Leste do Amazonas. No início, a procura de um bode espiatório, tentaram fazer do governador Ottomar uma espécie de General Kurter do Brasil. Depois, sem argumentos, partiram para o axincahe barato, característico dos desesperados. É comum, defensores notório do Parque Yanomami com projeção na-

cional, falarem quilos e quilos de verbos sobre a preservação da cultura Yanomami, mas sem apresentarem nenhuma alternativa para a exploração racional da região. Sem dúvida, não desconhecemos os defensores do Parque Yanomami, que nação nenhuma pode prescindir de seus recursos minerais, de sua terra, sob qualquer justificativa. No seu visionarismo chegam a acusar a população roraimense de hostil a causa indígena, quando na realidade isso não existe, mesmo porque não há razão, já que não se encontra no Brasil povo mais miscigenado com o indígena do que o roraimense. Mais que os defensores do Parque Yanomami, o povo roraimense defende o indígena, defende o Parque Yanomami, mas quer usufruir dos recursos de sua terra.

O que os defensores do Parque Yanomami precisam entender é que a "Lei" do capitalismo é dura, não poupando a boa vontade de ninguém. Inclusive a deles. Mais que qualquer outro, precisam entender que a jogada da Trilateral é sutil, porém visível.

BYE, BYE COUTO DE MAGALHÃES

Em novembro de 79, diversos garimpeiros de Boa Vista penetraram na área de Couto Magalhães à procura de ouro e diamante. Encontraram o inevitável: um e outro. Não esperavam, porém, encontrar algum "Missionário" americano com toda sua sofisticada "boa vontade" "evangelizando" os índios. Após a descoberta de uma área com grande filão de ouro, o "Missionário" passou a denunciar os garimpeiros como massacradores de índios e predadores da cultura indígena. O

governo, atendendo ao apelo do "Missionário", retirou imediatamente os garimpeiros da região. Vivos como são, os garimpeiros descobriram que o "Missionário" é mais chegado a uma suruca do que uma Bíblia, além de possuir um bom aeroporto e um forno para fundição de ouro. Os garimpeiros tiveram que abandonar a região, porém o "Missionário" permaneceu, não se sabe se doutrinando ou bamburrando. Talvez as duas coisas ou só a última.

O governo brasileiro, cometendo uma tremenda mancada, não entrou com o Alvará para exploração da área. As coisas se acalmaram e sete meses depois o Ministério das Minas e Energia concede o Alvará de Pesquisa a duas empresas que chegaram na Amazônia para construir estradas e hoje dominam o setor mineral. É uma contradição.

Os Alvarás, assinados pelo Ministro César Cals, publicado no Diário Oficial da União, no dia 16 de maio deste ano, levam os números 13.277 e 13.278.

O de número 13.277 foi concedido a Mineração Tapajós Ltda., pertencente a Construtora Paranapanema que está explorando a maior reserva de cassiterita do Brasil, no rio Anauá, dentro do Estado do Amazonas, na reserva dos Waimiri Atroari, sem que os grupos de defesa da causa indígena tenham nada contra. Pelo menos aparentemente, já que até agora nada reclamaram. Segundo o Alvará, a Tapajós, está "autorizada a pesquisar minério de Titânio em terreno devoluto, no lugar denominado Serra do Couto Magalhães, Distrito do Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, numa área de 2.248.77 ha... na confluência do rio Tsiaboraú

com o rio Mucajai".

O Alvará 13.278 foi concedida a Mineração Guariba, pertencente a Construtora Andrade Gutierrez que explora minério em diversas regiões do Amazonas e Rondônia, também dentro de áreas indígenas, e sem que os defensores da causa indígenas falem alguma coisa. Segundo o Alvará, a Guariba está "autorizada a Pesquisar Minério de Titânio, no lugar denominado Serra do Couto Magalhães, Distrito do Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, numa área de 9.870,20 hs... na confluência do rio Tsiborau com o rio Mucajai".

"COINCIDÊNCIAS"

A concessão dos Alvarás de Pesquisa a Andrade Gutierrez e Parapanema tem muita coincidência ou premonição. Como essas duas rivais, num e noutro setor, conseguiram saber o exato local para a pesquisa de minério e dar entrada do Alvará no mesmo dia, no Ministério? Como sabiam que essa região, o local, é o mesmo onde o garimpeiro descobriram grande filão de ouro? Por que os grupos de defesa da causa indígena não abrem as baterias contra essas construtoras que exploram minério em outras regiões da Amazônia, dentro de áreas indígenas? Por que não abriram as baterias pela concessão do Alvará dentro da Serra do Couto Magalhães, no futuro Parque Yanomami?

Aqui não se pode sequer apelar para hipótese, mas ver-se que o objetivo, na verdade, é liquidar com a economia do Território, deixando somente que os grandes grupos econômicos ou multinacionais se apossem da região, em detrimento do massacrado garimpeiro.

A Gutierrez e a Parapanema devem começar a pesquisar até o final deste mês, pois, de acordo com o Código de Mineração, é obrigatório o início dos trabalhos 60 dias após a concessão do Alvará. A sutileza da Parapanema e Gutierrez em requisitar a área para pesquisas de Titânio, antes de ser disfarce é safadeza, uma vez que na região requisitada existe, comprovadamente, ouro. O Art. 26 do defasado Código de Mineração, aceita que "cada pessoa, natural ou jurídica, poderá deter cinco autorizações de pesquisa para cada substância mineral e no máximo 50 da mesma classe". Isso significa que as duas companhias, inicialmente, dizem que vão pesquisar Titânio, logo em seguida encontram o inevitável — ouro — e pedem outro Alvará para exploração de ouro, o objetivo final. Aos humildes garimpeiros roraimenses que descobriram a região, só resta dizer: Bye, Bye Couto de Magalhães.

EXPLORAÇÃO

Os grupos de defesa da causa indígena até o momento não apresentaram nenhuma alternativa para exploração do minério ou como ficarão os in-

dios dentro dessa região infestada de "Missionários". Para eles é criar o Parque e deixar os antropólogos e "Missionários" à vontade, para fazerem o que bem quiserem, sem que o governo brasileiro possa exercer qualquer fiscalização.

Na verdade, a questão não pode ficar limitada ao romantismo defasado dos grupos de defesa da causa indígena, nem tampouco o governo brasileiro pode abrir mão da exploração do minério, sob pena de sofrer sérios prejuízos, no futuro.

A propósito da exploração de minério na Amazônia, a Universidade do Amazonas elaborou um trabalho, denominado "Proposta de Política Florestal para a Amazônia Brasileira" onde aponta os bens minerais como "a vocação natural da Amazônia", principalmente na região do Tapajós, Rondônia e Roraima. Segundo o trabalho, "o insucesso de alguns projetos de pesquisa deve se, primordialmente, ao fato de tais projetos não estarem fortalecidos pelo espírito de continuidade e persistência, justificando-se pelo interesse que representam para a Amazônia o tempo que demandam para maturação do conhecimento geológico". E apontam "a ansiedade do êxito imediato aliado ao contínuo assédio, estritamente comercial, não permite se pondere sensatamente sobre a sua viabilidade. É fundamental que todo o programa de pesquisa mineral na área seja precedido de mapeamento geológico preliminar, sem o que corre-se o risco de investimentos sem perspectiva real de retorno".

Como se ver, o insucesso da exploração de Surucucus foi em função da grita geral pela criação do Parque, não por falta de continuidade do projeto de exploração. Quanto ao mapeamento geológico da área isso não é problema, uma vez que as ocorrências minerais foram detectadas no início da década passada, tendo o Projeto RADAM e o governo do Território a localização exata do minério.

O trabalho da Universidade do Amazonas vai mais além e afirma que "a Amazônia não pode prescindir dos estudos de pormenores acerca das inúmeras ocorrências que compõem o potencial geoeconômico da região". E sugere a imediata exploração racional do minério da região.



MISSÕES AMERICANAS

O deputado Nivaldo Krieger (PMDB-PR) em pronunciamento na Câmara Federal, dia 16 de junho passado, classificou de "verdadeiro assalto aos recursos naturais do País" o isolamento da região do Parima. Para ele, esse assalto é "praticado por estrangeiros lá radicados há mais de 35 anos, sob disfarce de "missões americanas". Em verdade suspeita-se que tais missões são compostas de geólogos, técnicos de toda ordem, camuflados de missionários, que, a pretexto de protegerem e assistirem as tribos indígenas da região, efetuam verdadeiro saque das riquezas brasileiras nessa terra, destacadamente ouro, diamante, urânio e cassiterita".

Segundo Krieger, o "importante também é denunciarmos que as "missões" têm trânsito livre pela vasta região, com numerosas pistas de pouso para aviões, sem nenhum controle das autoridades brasileiras. Qualquer brasileiro que penetre na área, ainda que seja garimpeiro ou trabalhador rural, é impedido de fazê-lo por ordem dos "chefes missionários", sob a alegação de que vai contaminar as tribos com as doenças da civilização. Será que eles, que são civilizados, não carregam o mesmo perigo?"

Lembrou Krieger que recebeu informações "de que os missionários ensinam a língua inglesa em suas escolas, o que sugere a formação de quistos de nacionalidade estrangeira, quem sabe para, no futuro, alegarem ocupação efetiva e pacífica e estrangeira, em detrimento da soberania brasileira? Nota-se que não existe nenhuma estrada de acesso à imensa região, do que se conclui que está apenas teoricamente ligada ao território brasileiro".

"O descaso por esse estado de coisa, pelas autoridades — acrescentou — é tão grande, que se supõe a existência de pressões externas para que se eternize através dos anos, em benefício da livre atuação na área por empresas multinacionais. Não é sugestivo lembrarmos que a BBC de Londres, há pouco tempo, comentou que o Brasil tem recursos naturais suficientes para pagar

toda a dívida externa? Essa região do Território de Roraima é uma das áreas mais ricas do País, cujo clima, de 16 a 20° centígrados, assemelha-se aos dos países da Europa e do Hemisfério Norte, à espera que os brasileiros a ocupem e possam desenvolvê-la".

INFORMAÇÕES

Em decorrência dessa denúncia, o deputado Nivaldo Krieger, encaminhou, através da Mesa da Câmara, um Pedido de Informações aos Ministros do Interior e das Minas e Energia, a fim de que sejam apuradas suas denúncias, para, "com o conhecimento de toda a Nação, colocarmos um parafuso à alienação injusta e impatriótica dos recursos naturais brasileiros em benefício de grupos multinacionais".

O Pedido de Informação do deputado Nivaldo Krieger tem o seguinte teor:

Considerando que, na região Noroeste do Território de Roraima, entre o Sistema Parima e as localidades de Eoas Novas, Mucajai e Catrimani existe ocupação efetiva de estrangeiros que, a pretexto de proteção à vida natural dos silvícolas, impedem a penetração de brasileiros;

Considerando que existem pistas de pouso para aeronave em diversos locais, de que se suspeita serem clandestinas;

Considerando que tais estrangeiros atuam há cerca de 35 anos na área a título de missões americanas;

Considerando que a existência desses fatos deve ser do conhecimento de todos, os quais, se comprovados, devem ser afastados;

Vem, respeitosamente, solicitar a V. Exa. se digne de prestar ao signatário as seguintes informações:

1º. — Por que está vedada a brasileiros a penetração nessas terras vizinhas à Venezuela?

2º. — As pistas de pouso existentes na região são controladas e fiscalizadas? De que forma e por quem?

3º. — Há algum controle sobre as missões americanas atuantes na área?

6º. — Há posse efetiva de glebas da União por parte dos estrangeiros com duração superior a cinco anos?

7º. — Os estrangeiros estabelecidos na área possuem título de propriedade da terra ocupada?

A dúvida é saber se os Ministérios terão condições de responder algum dos itens do Pedido de Informações.

SURUCUCUS

O geólogo Salomão de Souza Cruz, do DNBM de Boa Vista, elaborou, a pedido do governo do Território, um relatório que dissecou em profundidade a questão Surucucus. Com números, dados técnicos e históricos, o geólogo faz uma profunda análise, aponta as mazelas, enfim vai ao fundo do poço.

Vejam os que diz o geólogo Salomão de Souza Cruz:

SURUCUCUS E A MINERAÇÃO

"A resistência de alguns segmentos da sociedade, quanto à pesquisa e exploração da região Oeste do Território, parece esconder algo mais do que a simples necessidade de preservar a cultura Yanomami. Os "defensores" da causa indígena, demonstram total ignorância do problema, passando por inocentes úteis, levados por um sentimentalismo falso, simplesmente pela moda de tomar a defesa do índio. Na verdade, a maioria desses senhores, nunca estiveram no interior da Amazônia, participando de sua realidade e, muito menos, numa aldeia pobre como a dos Yanomamis, que habitam a Serra Surucucus, para sentir de perto a situação de penúria em que vive aquela tribo, bem como da constante ameaça de internacionalização de toda a região oeste de Roraima".

"Dizer que a luta pela abertura da área é pressão das multinacionais e que estas, a partir de uma exploração irracional, fatalmente extinguiriam os grupos indígenas ali existentes, é uma afirmação infundada, que só reflete o grau de alienação desses grupos, já que há mais de 30 anos, estrangeiros mascarados de missionários, operam na área".

"Também dizer que mesmo a pesquisa e exploração por companhias nacionais vai contra a preservação da nação Yanomami, não tem fundamento, pois existem áreas indígenas, em que os trabalhos de pesquisa são desenvolvidos normalmente, sem despertar críticas; como na região do Uatumã, onde o grupo Parapanema atualmente realiza trabalhos dentro da reserva Walmiris-Atroaris, numa das maiores ocorrências de cassiterita do Brasil. Estes trabalhos datam do início de 1978 e até hoje nada se fez para impedi-lo, como normalmente reagem com o Surucucus".

SITUAÇÃO

"A região do Surucucus, fica situada em um platô arenítico, carente de caça e pesca, sendo seu solo pobre em compostos químicos, portanto, o menos indicado para a atividade agrícola. A experiência diz que a agricultura índia, como a do colono, é normalmente desenvolvida em torno de rochas básicas, onde a fertilidade do solo é grande e; na ausência destas rochas, eles procuram locais com características que melhor satisfaçam o desenvolvimento da cultura agrícola, pois, embora o índio desconheça a técnica agrônoma, tem a experiência milenar herdada de seus antepassados".

"Os Yanomamis foram atraídos para a região, pelos "missionários" americanos, que se instalaram no local, visando somente pesquisar a área. Isso foi constatado no período de 1976-1977, quando garimpeiros percorrendo a região, verificaram a existência de catas de exploração e vestígios de fornos de fundição de cassiterita. Outros vestígios de catas, também foram encontrados na Serra Couto Magalhães, próximo a uma pista utilizada por uma missão

americana; onde foi constatada a existência de ouro aluvionar".

"Hoje, com o abandono da área, onde só existe um posto da FUNAI, sem a mínima condição de assistir os índios que vivem a espera do alimento antes oferecido pelos americanos e garimpeiros, a situação é de calamidade, culpa única e exclusiva da missão que os atraiu para o local".

"A realidade Surucucus é bem diferente daquilo que a opinião pública conhece, sendo os fatos propositalmente distorcidos, visando a preservação da área, não reserva indígena, mas como reserva estratégica mineral, que no futuro só beneficiaria os grandes grupos internacionais, quando, então, seria realizada a internacionalização atualmente apregoada".

"A região é percorrida há mais de 30 anos pelos americanos, que a pretexto de catequizarem os índios, ali desenvolvem a prospecção mineral, sendo este grupo de "missionários" provavelmente constituído de geólogos prospectores. A opinião pública, por desconhecimento, nunca se voltou contra esses invasores, graças as distorções dos fatos que não permitem sentir a real dimensão do problema".

ESTRATÉGIA

"Infelizmente, com o desconhecimento geológico pelos técnicos nacionais, decorrente da dificuldade de penetração na área, nada se pode afirmar sobre outros ali existentes; mas baseado em dados de imagens de radar, onde é possível a comparação da região com outros locais conhecidos, a parte oeste do Território, trata-se provavelmente de um complexo litológico-estrutural, favorável a ocorrência do ouro; diamante; tantalita, cobre, chumbo, zinco, todos minerais de valor estratégico, tal como a cassiterita".

"O verdadeiro interesse em manter a região intocável é a sua riqueza mineral, principalmente a cassiterita, sendo o conhecimento de sua existência, o início de toda polêmica sobre a área. Necessário se faz tornar público, que os grandes grupos econômicos, não possuem "Know How" para a exploração deste mineral e muito menos são detentores do controle do seu comércio internacional, dependendo, ao contrário do estanho como matéria-prima. Um levantamento feito em 1976, pela Commodity Data Summaries — U. S. A., revela ser os Estados Unidos, o único país industrializado a possuir alguma reserva (0,04%), aproximadamente 400.000 ton., não sendo suficiente para suprir as necessidades do seu mercado interno durante 4 anos. As maiores reservas de estanho, estão concentradas longe dos grandes centros consumidores, em regiões subdesenvolvidas, sendo a Malásia, a Bolívia, a Indonésia e a Tailândia em ordem decrescente os grandes produtores mundiais".

"Por um processo de beneficiamento simples e de baixo custo operacional, os maiores produtores de cassiterita, também ocupam posição de destaque

no beneficiamento e colocação no mercado de estanho metálico. Com isso, os países desenvolvidos, tais como Estados Unidos, Japão, Reino Unido e França, maiores consumidores mundiais, na ausência de um substituto do estanho, dependem dos países subdesenvolvidos, cuja estabilidade política e econômica não garante um mercado duradouro, além de suas jazidas estarem em processo de exaustão, devendo esgotarem-se em menos de 40 anos. A situação mais crítica, por ser o maior consumidor, é a dos Estados Unidos e, ciente do problema, este vem buscando alternativas para um substituto à altura do estanho, não obtendo grandes sucessos, tendo entre 1970 e 1974, seu consumo interno caído somente de 53.807 para 53.647 toneladas".

"Pela sua importância, como matéria-prima, a tentativa de interferência dos consumidores no mercado da cassiterita, vai desde a prospecção até a comercialização. Nesta última, ingerência é feita através do ITC — International Tin Council, órgão responsável pelo controle de preços no mercado, onde existe representações de produtores e consumidores, com igual poder de decisão. O controle de preços foi possível até a recessão econômica de 1975 e, no ano seguinte, com a reativação do mercado e o relaxamento no controle de exportação, os preços voltaram a subir, forçando o ITC a vender o estoque regulador iniciado em 1968, o qual foi esgotado no início de 1977. A partir de então, o ITC, perdeu o controle da comercialização e os preços do estanho atingiram níveis altíssimos, deixando os grandes consumidores sem força política no mercado mundial, e sujeitos a aumentos constantes da matéria-prima".

MULTINACIONAIS

"Outra forma de interferência é na prospecção do minério, atualmente observada no Território de Roraima, onde a pretexto de catequização dos índios, grupos estrangeiros, desenvolvem trabalhos às escondidas, procurando por todos os meios manter a área desconhecida para que, no futuro, quando as atuais jazidas não mais existirem, passem a fazer pressão econômica sobre os países possuidores dessas reservas, para que abram mão das áreas à exploração".

"As multinacionais atualmente, não interessa a abertura dos Surucucus e, para impedi-la, procuram distorcer os fatos, levando a opinião pública a repudiar qualquer tentativa de exploração, mesmo dentro de um plano racional que não viria prejudicar a cultura indígena, possível, graças a vastidão da região. Uma prova disso, é que a interferência das multinacionais na produção brasileira atual tem sido modesta, pois as empresas nacionais dominam mais de 65% da produção, sendo a quase totalidade dos 35% restantes, explorada pelo grupo Patinô, cujo "Know How" foi adquirido nas minas bolivianas".

"Outro aspecto importante na situação nacional é que, apesar do

Brasil estar entre os cinco primeiros produtores mundiais, com um total aproximado de 10.000 ton./ano, o país é obrigado a vender para o exterior a maioria da produção, mesmo dependendo da matéria-prima, já que o maior consumo interno de estanho é através da folha de flandres, responsável pela embalagem de enlatados e; o parque industrial nacional não tem capacidade de suprir a demanda interna, tendo que recorrer ao exterior, onde os Estados Unidos, é um dos maiores fornecedores, obtendo lucros altíssimos, a partir do beneficiamento da matéria-prima nacional. A comercialização de manufaturados é mais rentável e menos desgastante politicamente para as multinacionais, que a interferência direta na exploração".

BENEFÍCIOS

"Pessoas como o Senhor Carlos Drummond de Andrade, um dos muitos defensores nacionais dos Yanomamis, deveriam vir à região, verificar de perto a extensão real do problema, tomando conhecimento daquilo que realmente é a intervenção multinacional, e, somente a partir de um contato com a realidade, assumam uma posição que realmente seja compatível com o interesse do índio".

"É preciso que órgãos responsáveis pela política do índio, bem como os verdadeiros grupos defensores da causa, passem a analisar o problema dentro de outro contexto, levando em consideração o interesse de grupos alienígenas pela região, sob pena de cometerem um erro irreversível, passando por entreguistas num futuro bem próximo. Necessário se faz, o levantamento de fato da atuação de estrangeiros na região e o estudo de uma fórmula de ocupação da área por órgãos oficiais, com vantagens tanto ao índio como ao Território, o que é possível, desde que as partes interessadas, partam para o diálogo, única fórmula de ser encontrada uma solução que satisfaça os interesses nacionais, pondo fim a tendência entreguista até então observada".

"A exploração mineral, desde que racional, só traria benefícios aos índios da região, pois uma produção mínima anual mínima de 2.000 ton., representaria atualmente um montante de aproximadamente Cr\$ 90.000.000,00, que o índio poderia auferir em proveito próprio, resultantes dos 10% a que a FUNAI tem direito por lei. Com este total, desde que investidos na região, os índios passariam a ser assistidos mais convenientemente, bem como mais facilmente teriam sua cultura preservada. A primeira vista, uma exploração mecanizada seria viável, desde que controlada pelo Governo regional, que manteria em convênio com a FUNAI, todo o apoio necessário para a preservação da cultura Yanomami".

"Transformar a região em parque indígena, é benefício em todos os sentidos, pois além da preservação do índio, a conservação da fauna e flora, numa época de devastação da Amazônia. O que não é possível é impedir a exploração mineral, que é perfeitamente compatível com a preservação do índio".